



Câmara Municipal de Curitiba

Código: 059.00020.2019

Tipo: Requerimento de Moção de apoio ou solidariedade

Iniciativa: Professora Josete

Usuário autor: Professora Josete - Gab.Ver.Professora Josete

Data de envio ao protocolo: 08/10/2019 15:45

Data de efetivo protocolo: 08/10/2019 16:03

Código de envio: 05B4A.19

Estado: Aprovada e concluído atendimento na CMC

Localização: Divisão de Documentação Histórica

Último trâmite: 09/10/2019 15:46

Razão: Arquivamento

Trâmite alternativo? Não

Encerrou a tramitação? Sim

Ementa:

Moção de Apoio pela manutenção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como empresa pública, pela suspensão dos estudos que objetivam viabilizar sua privatização, e promoção de debate com participação de representantes dos municípios afetados.

Texto:

Requer à Mesa, na forma regimental, seja inserido em ata a moção de apoio a manutenção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como empresa pública, suspensão dos estudos que objetivam viabilizar sua privatização, até que seja promovido um efetivo e qualificado debate com participação de representantes dos municípios afetados, promovendo o conhecimento dos efeitos desta medida em suas cidades.

Justificativa ou Mensagem:

Os Correios estão presentes há mais de 350 anos na vida dos brasileiros, atuando nos 5.570 municípios cujas realidades econômicas, culturais e sociais são as mais diversas. Como empresa pública, exerce importante papel na regulação do setor logístico, em especial, no de distribuição de encomendas. Os Correios não possuem monopólio neste setor, mas é o responsável pela entrega de 90% do comércio eletrônico brasileiro, por ser o único a chegar onde a iniciativa privada não considera lucrativa, seja pela distância, seja pela dificuldade de acesso.

Como empresa pública garantem uma política de preços e tarifas justas e acessíveis, universalizando os serviços postais na forma prevista do inciso X do art. 21 da Constituição Federal: "Art. 21. Compete à União: X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional".

Na prática, a sua privatização representa o risco concreto de fechamento de agências em 5.246 municípios de todo o país, especialmente, nas localidades que mais delas dependem para receber remédios, hemoderivados e livros didáticos, emissão de CPF, e outros serviços não atrativos para a iniciativa privada.

A privatização dos serviços postais é uma exceção que ocorre em apenas 8 das 192 nações que contam com esse serviço. Em duas delas, após a constatação de seus efeitos negativos, eles voltaram para a gestão do Estado. Nos países em que ocorreu, a privatização foi seguida de aumento significativo de preços, redução da prestação de serviços e queda acentuada de qualidade.

Em economias modernas e competitivas, as empresas públicas como os Correios são instrumentos eficazes de regulação de mercados, assegurando seu saudável funcionamento e coibindo práticas atentatórias contra a atividade econômica como a formação de trustes e cartéis, dominando o mercado e combinando preços.

No Brasil, os Correios atuam no segmento de encomendas concorrendo com milhares de operadores logísticos de todos os portes e tamanhos, constituindo em muitos casos um parceiro fundamental destas empresas que não dispõem de uma estrutura abrangente como a sua, fomentando a atividade de logística e contribuindo para sua modernização.

O monopólio postal abrange apenas o segmento de cartas, de reduzido interesse para a iniciativa privada, mas de suma importância para a integração de localidades. Essa restrição é uma exceção, visto que na maioria dos países mundo afora o monopólio postal é pleno.

Em seus últimos balanços, os Correios se mostraram uma empresa rentável cujos resultados positivos nos anos de 2017 e 2018 foram de R\$ 667 e 161 milhões respectivamente. Resultados significativos, considerando a retirada excessiva de dividendos e o congelamento tarifário a ele imposto.

A despeito dos cortes, do sucateamento e da massificação de informações negativas e muitas vezes imprecisas, os Correios detêm mais de 90% da preferência das empresas na hora de enviar suas mercadorias para os seus clientes, e sua qualidade operacional é superior ao de seus concorrentes, com índices superiores a 98% de entregas no prazo.

Os trabalhadores dos Correios, contribuem significativamente com seus rendimentos para a arrecadação municipal através de impostos, compras e investimentos. Com a privatização e consequente terceirização de suas atividades haverá uma considerável redução da massa salarial, reduzindo a atividade econômica e afetando os níveis de emprego e renda.

O atual dirigente da ECT, general Floriano Peixoto, já declarou que pretender realizar as entregas de encomendas se utilizando do modelo praticado pelo Uber, no qual o trabalhador é o proprietário da bicicleta, moto ou do carro, sendo o único responsável pela sua manutenção e ganha tão somente pelo número de entregas realizadas. Esse modelo de precarização do trabalho tem levado inúmeros trabalhadores a não conseguirem garantir um salário mínimo mensal.

Além de impactar diretamente na economia interna com redução do poder de compra, qual a garantia de que uma encomenda no valor de R\$ 5 mil chegue ao seu destino por um trabalhador que não possui nenhum vínculo empregatício e após 12h diárias de trabalho não consegue garantir uma renda mínima no final do mês?

Cabe ressaltar que os carteiros são a segunda profissão mais confiável na avaliação dos brasileiros, ficando atrás somente dos bombeiros. O compromisso com o sigilo postal e a garantia da entrega são os pilares desses profissionais que vestem seu uniforme com orgulho e honradez.

Os trabalhadores dos Correios que dispõem, atualmente, de assistência à saúde, custeada por meio de mensalidades e coparticipação em consultas e exames pagos pelos funcionários e também com participação da empresa, serão obrigados a migrarem para o sistema público de saúde com consequente ônus para os cofres públicos.

Face ao exposto, solicita-se o apoio dos pares na aprovação desta moção, além da desaprovação de qualquer medida contrária aos interesses econômicos e sociais dos municípios, advindos da privatização dos Correios.

Tramitação

Data de envio	Origem	Destino	Razão de envio	Quem enviou	Pendente?	Observação
09/10/2019 15:46	Seção de Expedição	Divisão de Documentação Histórica	Arquivamento	Maria Sirley do Nascimento		
09/10/2019 11:15	Departamento de Plenário e Processo Legislativo	Seção de Expedição	Providências finais ou elab. termo de encerramento	Fernanda Faversoni Macedo		
08/10/2019 16:03	Divisão de Protocolo	Departamento de Plenário e Processo Legislativo	Inclusão no Expediente	Newton Disconzi da Silva		

Usuário que finalizou: Sara Isabel Lauriano Leme

Data da finalização: 15/10/2019 13:50

Tramitação na PMC

Publicações

Código do diário
10117 de 08/10/2019

Etapa
Proposições: Apresentação

Instruções

Pareceres

Votações - Passagens pelo plenário

Data	Hora	Objetivo	Tipo votação	Maioria	Resultado	Sessões adiadas	Observação
------	------	----------	--------------	---------	-----------	-----------------	------------

09/10 /2019	09: 00	Votação única	Simbólica	Simple	Aprovado
09/10 /2019	09: 00	Leitura (pequeno expediente)		Inclusão no Pequeno Expediente	

Ofícios de sanção, veto, promulgação Dados da norma

Número:

Data da sanção/promulgação:

Data de publicação:

Número do diário oficial do

município:

Observação:



Câmara Municipal de Curitiba

PROPOSIÇÃO Nº 059.00020.2019

A Vereadora **Professora Josete** infra-assinada, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Requerimento de Moção de apoio ou solidariedade

EMENTA

Moção de Apoio pela manutenção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como empresa pública, pela suspensão dos estudos que objetivam viabilizar sua privatização, e promoção de debate com participação de representantes dos municípios afetados.

Requer à Mesa, na forma regimental, seja inserido em ata a moção de apoio a manutenção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como empresa pública, suspensão dos estudos que objetivam viabilizar sua privatização, até que seja promovido um efetivo e qualificado debate com participação de representantes dos municípios afetados, promovendo o conhecimento dos efeitos desta medida em suas cidades.

Palácio Rio Branco, 08 de outubro de 2019

Professora Josete
Vereadora

Justificativa

Os Correios estão presentes há mais de 350 anos na vida dos brasileiros, atuando nos 5.570 municípios cujas realidades econômicas, culturais e sociais são as mais diversas. Como empresa pública, exerce importante papel na regulação do setor logístico, em especial, no de distribuição de encomendas. Os Correios não possuem monopólio neste setor, mas é o responsável pela entrega de 90% do comércio eletrônico brasileiro, por ser o único a chegar onde a iniciativa privada não considera lucrativa, seja pela distância, seja pela dificuldade de acesso.

Como empresa pública garantem uma política de preços e tarifas justas e acessíveis, universalizando os serviços postais na forma prevista do inciso X do art. 21 da Constituição Federal: "*Art. 21. Compete à União: X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional*".

Na prática, a sua privatização representa o risco concreto de fechamento de agências em 5.246 municípios de todo o país, especialmente, nas localidades que mais delas dependem para receber remédios, hemoderivados e livros didáticos, emissão de CPF, e outros serviços não atrativos para a iniciativa privada.

A privatização dos serviços postais é uma exceção que ocorre em apenas 8 das 192 nações que contam com esse serviço. Em duas delas, após a constatação de seus efeitos negativos, eles voltaram para a gestão do Estado. Nos países em que ocorreu, a privatização foi seguida de aumento significativo de preços, redução da prestação de serviços e queda acentuada de qualidade.

Em economias modernas e competitivas, as empresas públicas como os Correios são instrumentos eficazes de regulação de mercados, assegurando seu saudável funcionamento e coibindo práticas atentatórias contra a atividade econômica como a formação de trustes e cartéis, dominando o mercado e combinando preços.

No Brasil, os Correios atuam no segmento de encomendas concorrendo com milhares de operadores logísticos de todos os portes e tamanhos, constituindo em muitos casos um parceiro fundamental destas empresas que não dispõem de uma estrutura abrangente como a sua, fomentando a atividade de logística e contribuindo para sua modernização.

O monopólio postal abrange apenas o segmento de cartas, de reduzido interesse para a iniciativa privada, mas de suma importância para a integração de localidades. Essa restrição é uma exceção, visto que na maioria dos países mundo afora o monopólio postal é pleno.

Em seus últimos balanços, os Correios se mostraram uma empresa rentável cujos resultados positivos nos anos de 2017 e 2018 foram de R\$ 667 e 161 milhões respectivamente. Resultados significativos, considerando a retirada excessiva de dividendos e o congelamento tarifário a ele imposto.

A despeito dos cortes, do sucateamento e da massificação de informações negativas e muitas vezes imprecisas, os Correios detêm mais de 90% da preferência das empresas na hora de enviar suas mercadorias para os seus clientes, e sua qualidade operacional é superior ao de seus concorrentes, com índices superiores a 98% de entregas no prazo.

Os trabalhadores dos Correios, contribuem significativamente com seus rendimentos para a arrecadação municipal através de impostos, compras e investimentos. Com a privatização e consequente terceirização de suas atividades haverá uma considerável redução da massa salarial, reduzindo a atividade econômica e afetando os níveis de emprego e renda.

O atual dirigente da ECT, general Floriano Peixoto, já declarou que pretender realizar as entregas de encomendas se utilizando do modelo praticado pelo Uber, no qual o trabalhador é o proprietário da bicicleta, moto ou do carro, sendo o único responsável pela sua manutenção e ganha tão somente pelo número de entregas realizadas. Esse modelo de precarização do trabalho tem levado inúmeros trabalhadores a não conseguirem garantir um salário mínimo mensal.

Além de impactar diretamente na economia interna com redução do poder de compra, qual a garantia de que uma encomenda no valor de R\$ 5 mil chegue ao seu destino por um trabalhador que não possui nenhum vínculo empregatício e após 12h diárias de trabalho não consegue garantir uma renda mínima no final do mês?

Cabe ressaltar que os carteiros são a segunda profissão mais confiável na avaliação dos brasileiros, ficando atrás somente dos bombeiros. O compromisso com o sigilo postal e a garantia da entrega são os pilares desses profissionais que vestem seu uniforme com orgulho e honradez.

Os trabalhadores dos Correios que dispõem, atualmente, de assistência à saúde, custeada por meio de mensalidades e coparticipação em consultas e exames pagos pelos funcionários e também com participação da empresa, serão obrigados a migrarem para o sistema público de saúde com consequente ônus para os cofres públicos.

Face ao exposto, solicita-se o apoio dos pares na aprovação desta moção, além da desaprovação de qualquer medida contrária aos interesses econômicos e sociais dos municípios, advindos da privatização dos Correios.

